

PROCESSO Nº. 061/2021.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2021.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL DE CABOS ELÉTRICOS PARA ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS NOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS.

SENHOR PREFEITO MUNICIPAL:

Apraz-nos vir à elevada presença de Vossa Excelência, para apresentar-lhe as razões de convencimento da Pregoeira, acerca da manifestação de revogabilidade do Processo n.º 061/2021, Pregão Presencial n.º 035/2021, que tem por objeto o Registro de Preços para aquisição eventual de cabos elétricos para adequação das instalações elétricas nos próprios municipais.

Preliminarmente, queremos consignar que o processo em tela teve início a partir da apresentação de documentos encaminhados pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, abrangendo a requisição de compras requerendo a abertura do certame licitatório.

O processo teve a sua tramitação regular, com a expedição de edital para convocação das eventuais empresas interessadas na participação do referido certame, procedidos de todos os demais atos concernentes ao processo, nos termos da legislação vigente, bem como foi devidamente efetuada a publicação no Diário Oficial do Município de Tarumã (regional) - a fim de que ocorresse definitivamente a divulgação do edital, conforme preceitua a Lei de Licitações.

A modalidade licitatória adotada foi o Pregão Presencial, constando sua respectiva justificativa para adoção.

Contudo, somente após expedidas as publicações de abertura, esta Comissão tomou conhecimento de que ocorreram falhas no descritivo técnico do referido edital, tornando o certame incompleto e devendo ser reformulado, no sentido de adequá-lo às reais necessidades da administração.

É o relatório do necessário.

Passa-se as análises devidas.

O processo em tela foi aberto com as observâncias das regras capituladas na Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade de Pregão Presencial – Aquisição de Bens e Serviços, a fim de atender a necessidade da Administração Pública, e, para os fins e efeitos desta lei, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade do serviço/bem possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Trata-se de procedimento para o Registro de Preços para aquisição eventual de cabos elétricos para adequação das instalações elétricas nos próprios municipais.

Ocorre que após análise do edital divulgado, constatou deficiência significativa no descritivo técnico divulgado no edital.

Em face do exposto, torna-se inviável o prosseguimento do processo licitatório em comento, fazendo-se imprescindível a conferência do descritivo técnico para adequação dos itens que se fizerem necessários para atendimento do interesse público.

Desta forma, com intuito de obter medidas alternativas para sanar essa situação, entende esta COMUL por revogar a licitação em comento.

A presente Revogação visa garantir efetivamente os princípios da economicidade, da igualdade e da vinculação ao instrumento convocatório, de forma que o interesse público seja preservado em todos os Atos adotados pela Administração ou por seus representantes.

No caso em comento, a revogação torna-se imperiosa, uma vez que este desfazimento do ato legal não decorre de vício ou defeito. Aliás, ao contrário, este somente deve ocorrer se o ato for válido e perfeito. A revogação funda em juízo de valor que oporia a conveniência do ato relativamente ao interesse público.

A revogação pressupõe que a Administração dispunha da liberdade para praticar certo ato ou para determinar alguns de seus aspectos. Após, praticado o ato, a Administração verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá, então, o desfazimento do ato anterior. A isso denomina-se revogação.

A Administração pode desfazer-se dos seus atos, a qualquer tempo, tendo em vista avaliação de sua inconveniência. A conclusão é de que o ato é inconveniente e determinado sua prática ou manutenção, a Administração, pois, se vincula a essa decisão. Portanto, a revogação pode ser praticada a qualquer tempo.

O Juízo de conveniência é exercido a qualquer momento, mormente em razão de que a administração deverá esclarecer, com maior riqueza de detalhes, a fim de que não haja eventuais impugnações.

Conquanto, entendemos, neste momento, que a revogação do processo em questão é imperiosa, tendo-se em vista o interesse público exposto, decorrente de fato superveniente.

DECISÃO:

Por estes fatores e outros fatos supervenientes que foram expostos, e que visem de fato atender ao interesse público presente, é que definitivamente propomos que o Processo n.º 061/2021, do Pregão Presencial n.º 035/2021, smj, seja devidamente **REVOGADO**, nos exatos termos do artigo 49, da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, em face dos motivos aqui expendidos, cuja aplicabilidade é subsidiária à Lei Federal n.º 10.520/02, devendo revisados os problemas apontados, efetuando as devidas correções e posteriormente lançando novo certame que garanta o atendimento do interesse público e os tramites procedimentais atinentes à legalidade.

Em consequência desta posição, pedimos vênia para que os autos sejam devidamente remetidos à elevada apreciação do Sr. Prefeito Municipal, para em despacho motivado determinar o que for de direito.

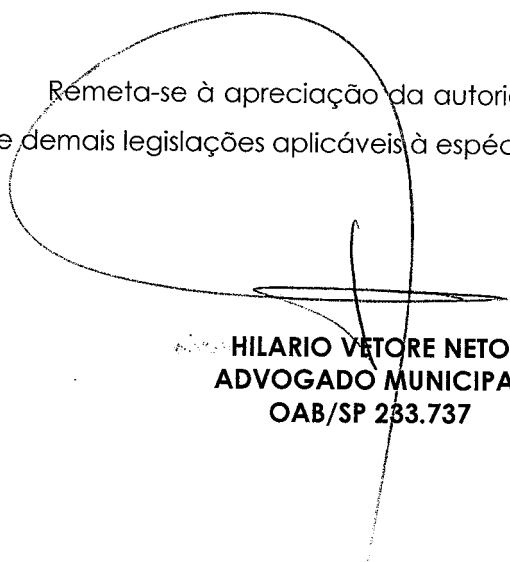

FLÁVIA TEODORO DA SILVA
Pregoeira Oficial

Tarumã, em 10 de maio de 2021.

De acordo.

Remeta-se à apreciação da autoridade superior, nos termos das Leis Federais n.ºs 8.666/93, e demais legislações aplicáveis à espécie.

Tarumã, em 10 de maio de 2021.


HILARIO VETORE NETO
ADVOGADO MUNICIPAL
OAB/SP 233.737

DESPACHO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO Nº. 061/2021.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2021.

Examinados os atos e termos do procedimento de licitação – Processo n.º 061/2021, do Pregão Presencial n.º 035/2021, e tendo verificado:

- - Que recomenda a Comissão Municipal de Licitações, a REVOGAÇÃO do presente certame licitatório, em face do interesse público (conveniência e oportunidade), na faculdade prevista no artigo 49 da Lei nº 8.666/93;
- - Constata-se que a opção adotada segue estritamente as disposições legais, tendo em vista que durante revisão de ordem técnica, constatou-se a falhas no descritivo técnico do referido edital, resultando em carência de informações e a consequente frustração da concorrência;
- - Que tais fatos, devidamente comprovados, caracterizam-se como suficientes para justificar a revogação, pois que presentes as relevantes razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado.

REVOGO, com fundamento no artigo 49, da Lei Federal n. 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, e de suas posteriores alterações o Processo n.º 061/2021, do Pregão Presencial n.º 035/2021, que tem por objeto o Registro de Preços para aquisição eventual de cabos elétricos para adequação das instalações elétricas nos próprios municipais, para readaptação do edital (descritivo técnico) por razões de interesse público decorrente dos fatos acima expostos.

A presente Revogação visa garantir efetivamente os Princípios da Legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, de forma que o interesse público seja preservado em todos os Atos adotados pela Administração ou por seus representantes.

Publique-se, para ciência dos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Regularize-se o processo.



OSCAR GOZZI
PREFEITO MUNICIPAL

Tarumã, em 10 de maio de 2021.

